



COMISSÃO DE TRABALHO

PROJETO DE LEI N° 1.922, DE 2007

Acrescenta parágrafo ao art. 58 da
Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Autor: Deputado CLEBER VERDE

Relator: Deputado BOHN GASS

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe estabelece norma que obriga empresas ou cooperativas a fornecerem o formulário do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) ao empregado de forma fidedigna, no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária equivalente a 10% da maior remuneração do empregado.

A justificativa destaca que a vinculação do PPP à concessão da aposentadoria especial pela Previdência Social para segurados expostos a agentes nocivos criou uma barreira adicional para os trabalhadores. Esse obstáculo se deve à relutância dos empregadores em emitir o PPP, já que sua emissão implica na confissão de uma situação jurídica que gera o pagamento de uma alíquota adicional para o Seguro Acidente de Trabalho (SAT), conforme previsto no § 6º do art. 57 da Lei nº 8.213, de 1991.

Inicialmente, o projeto foi distribuído à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), que ofereceu parecer favorável, na





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal **BOHN GASS**

forma de um substitutivo. Posteriormente, a Mesa redistribuiu o projeto para esta comissão, posteriormente designada como CTRAB.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas, nem há projetos apensados.

Na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), em 01/12/2010, foi apreciado o parecer do relator, Deputado Leonardo Vilela, pela aprovação, com substitutivo.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em 10/10/2011, foi apresentado o parecer do relator, Deputado Dr. Grilo, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, nos termos do substitutivo da CSSF, porém não apreciado.

Nesta CTRAB, em 26/04/2022, foi apresentado o parecer do relator, Deputado Vilalba, pela aprovação na forma do substitutivo da CSSF com uma subemenda.

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto nesta comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Entendemos que a iniciativa é pertinente. Em nossa CTRAB, chegou a ser apresentado um parecer, infelizmente não deliberado, da autoria do Deputado Vilalba.

De fato, a legislação previdenciária exige a elaboração do chamado Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, para concessão da aposentadoria especial, mas essa exigência coloca os empregados em uma situação complicada, pois muitas vezes as empresas não cumprem a

2





obrigação devido aos custos envolvidos e à confissão de eventos que geram alíquota adicional para o Seguro de Acidentes de Trabalho - SAT.

O Substitutivo da CSSF reformulou o texto de maneira eficaz, mantendo seus objetivos e corrigindo equívocos, ao mesmo tempo em que esclareceu a obrigação de a empresa manter laudos técnicos atualizados sobre agentes nocivos e de elaborar o PPP. O substitutivo também detalha a multa para a não elaboração correta ou o fornecimento atrasado do PPP.

Entretanto, passaram-se 15 anos da aprovação do substitutivo da CSSF e muita coisa mudou de lá para cá. A Portaria/MTP nº 1.010, de 24 de dezembro de 2021, já prevê, em seu art. 7º, que caberá ao INSS adotar as providências necessárias para recepção das informações do PPP em meio eletrônico e disponibilizá-las ao segurado, a partir de 1º de janeiro de 2023.

Assim, para períodos de trabalho a partir de 1º de janeiro de 2023 o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) em meio físico não é mais aceito, sendo sua emissão exclusivamente por meio eletrônico. Dessa forma, desde então, o segurado tem acesso direto, em tempo real, ao seu PPP por meio do aplicativo “Meu INSS”. Assim, é prudente aprimorar o texto legal de modo a adequá-lo a essa prática.

A iniciativa também reforça a importância de manter o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) atualizado, e a garantia do trabalhador ao acesso às informações constantes desses registros. Essa medida fortalece a transparência, amplia a proteção dos direitos do segurado.

A presente proposição, portanto, não cria obrigação, mas consolida em lei disposição já regulamentada, conferindo maior segurança jurídica e coerência normativa ao sistema previdenciário.



* C D 2 5 1 8 9 9 4 3 7 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal BOHN GASS

Portanto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.922, de 2007, na forma do substitutivo agora apresentado.

Sala da Comissão, em de outubro de 2025.

Deputado BOHN GASS (PT/RS)
Relator

Apresentação: 03/11/2025 11:12:19.860 - CTRAB
PRL 6 CTRAB => PL 1922/2007

PRL n.6



* C D 2 5 1 8 9 9 4 3 7 7 0 0 *

4

Câmara dos Deputados – Anexo III – Gabinete 873 Cep.: 70160-900 – Brasília/DF
Tel (61) 3215-5873 – || dep.bohngass@camara.leg.br



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251899437700>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Bohn Gass



COMISSÃO DE TRABALHO

SUBSTITUTIVO AO PL N° 1.922, DE 2007

Acrescenta parágrafo ao art. 58 da
Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 1º O art. 58 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991,
passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 58

§1º A comprovação da efetiva exposição do segurado a agentes prejudiciais à saúde será feita por meio de documento, em meio físico ou eletrônico, emitido pela empresa ou seu preposto, de acordo com o regulamento do Poder Executivo, com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho, expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho.

.....
§4º A empresa deverá elaborar e manter atualizado o perfil profissiográfico previdenciário, ou o documento eletrônico que venha a substituí-lo, de acordo com regulamento do Poder Executivo, no qual deverão ser contempladas as atividades desenvolvidas durante o período laboral, garantido ao trabalhador o acesso às informações nele contidas.

§5º O trabalhador ou seu preposto terá acesso às informações prestadas pela empresa sobre documento de que trata o §4º, podendo, inclusive, solicitar a retificação de informações em desacordo com a realidade do ambiente de trabalho, conforme orientação estabelecida em ato do Poder Executivo.

§6º Quando da implementação do formulário eletrônico previsto no §1º caberá ao Poder Executivo adotar as



* C D 2 5 1 8 9 9 4 3 7 7 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal BOHN GASS

providências necessárias para a recepção das informações e a sua disponibilização ao segurado.” (NR)

Apresentação: 03/11/2025 11:12:19.860 - CTRAB
PRL 6 CTRAB => PL 1922/2007

PRL n.6

Sala da Comissão, em 11 de outubro de 2025.

Deputado BOHN GASS (PT/RS)
Relator

